

DOS RIOS, POVOS E AMBIENTES DA AMAZÔNIA NA HISTÓRIA

Marcos Fábio Freire Montysuma*

Leonardi, Victor. *Os historiadores e os rios – natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília, Paralelo15/UNB, 1999.

Enquanto segmentos da sociedade lutam para que o governo brasileiro não abra, de vez e sem controle, a Amazônia aos manifestos interesses dos chamados países desenvolvidos, que insistem em ter acesso irrestrito aos recursos biogenéticos nela contidos, antes de serem analisados e entendidos em seu sentido cultural pela comunidade científica, os conhecimentos dos povos da floresta, constituídos por culturas milenares, entre matas, rios e animais, correm o risco de desaparecer ante a sanha dos especuladores e madeireiros, que, sob a corrente implacável da motosserra e do fogo, avançam sobre a floresta em litígio. Especuladores de plantão, em nome de projetos salvacionistas, propõem aumentar a área devastada dentro das propriedades a pretexto de promover um desenvolvimento nacional, como se esse mesmo discurso, rebuscado de outra forma, já não tenha provocado mortes e destruições em outros tempos em vastas áreas.

A diferença básica entre o passado e os dias atuais está na capacidade de mobilização e de intervenção das populações amazônicas, que, consorciando seus acumulados saberes àqueles estruturados na academia, estudam meios e formulam propostas para intervir na contraposição ao que contraria suas perspectivas de vida.

Para impedir a implementação indiscriminada de tais projetos desenvolvimentistas, aceitando aqueles que provoquem menos impacto na região, os habitantes da Amazônia contam, nas últimas décadas, com aliados fiéis e de peso, comprometidos na defesa de seus interesses.

Victor Leonardi é um desses fortes aliados dos povos da Amazônia. Não o aliado interesseiro, mas aquele que se constituiu como tal assentado no respeito à diferença do *outro* e colaborando sempre que solicitado. Devido ao seu conhecimento interdisci-

plinar e tendo observado, por entre rios e florestas, o cotidiano de índios e caboclos, extrativistas e ribeirinhos da Amazônia, apregoa que cada experiência deve ser entendida dentro do contexto local de cada povo, sem buscar regras gerais, próprias de quem procura um modelo universal. Balizado por esse entendimento, perspicazmente combate o entendimento uniforme e linear da região, independentemente do sentido e da área do conhecimento a que se refira a formulação, pois cada localidade tem muitas histórias e experiências socioculturais de povos que por ali passaram e passam...

As peculiaridades de uma região que se movimenta, majoritariamente, por rios e igarapés, e isso é muito mais acentuado no período da colonização, levaram o autor a entender como sendo de bom alvitre pensar a história da Amazônia como a história dos seus diferentes rios e bacias hidrográficas. Entende, também, que no labirinto composto de mundo aquático e florestal, é difícil separar cultura e natureza ou ignorar as noções de tempo dos componentes que co-atuam na história da formação desses ambientes de uma dimensão mais ampla.

No primeiro capítulo, de um total de nove, Leonardi fundamenta seu entendimento e expõe seus propósitos, na medida em que apresenta sua metodologia de trabalho e os autores de várias escolas historiográficas, com quem dialoga em intersecção com outras áreas do conhecimento que tratam da relação do homem com o meio ambiente. A seu ver, o ambiente amazônico extrativista decorre da inter/ação do homem com a natureza, mesmo na composição físicoquímica dos solos e águas do habitat. Também combate reducionismos e generalizações, que apontam o homem como subordinado ao meio ou acima dele, criando a idéia de um todo homogêneo. Mostra as dificuldades para escrever as histórias da Amazônia e prega a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, como ecologia, economia, antropologia, botânica, zoologia, geologia, engenharia florestal.

Brinda-nos com a história do extrativismo na região do vale amazônico, tomando como referência Airão, situada no vale do Rio Jaú, afluente da margem direita do Rio Negro, composto de águas pretas com PH baixo e poucos sedimentos. Atualmente, o Rio Jaú e todos seus afluentes compõem o Parque Nacional do Jaú, com cerca de 2.272.000 hectares.

Navegando pela linha, *flexível*, de um tempo que avança e recua, Leonardi apresenta vários aspectos ligados à história da bacia do Rio Jaú. Um deles diz respeito às missões religiosas na ação catequizadora nos aldeamentos indígenas, como uma das responsáveis pela formação dos núcleos populacionais ribeirinhos. Com o passar do tempo, apreendemos o aprisionamento dos povos indígenas, tanto para servirem como escravos aos

colonos, quanto como soldados na guerra do Paraguai. De certo modo, esses aprisionamentos contribuíram para a extinção dos povos juma e manao. Estuda as consequências da Cabanagem para as populações do vale amazônico.

Ataca as políticas predatórias dirigidas à região, por provocarem perdas irreparáveis aos povos da floresta e seu meio ambiente, citando particularmente aquelas praticadas a partir de 1964, mesmo tendo ocorrido fora da sua região de estudo. Nesse sentido, faz do estudo de Airão uma tribuna para denunciar os crimes cometidos contra os povos e o ambiente amazônico, em geral.

Povos do Nordeste e outras paragens, viajantes, expedições científicas, comerciantes (regatões), aventureiros e produtores extrativistas alternam-se, passando pelas praias, retas e curvas do Rio Jaú, seguindo seus destinos. Homens e mulheres que, na maioria, estavam inebriados pela busca da riqueza contida nas matas, sem que nunca obtivessem êxito, procuraram explorar alternadamente vários produtos extrativistas, de acordo com a escala valorativa ditada pelas empresas comerciais de aviamento, sediadas em Manaus e Belém, que incentivavam a exploração para atender ao interesse das indústrias européias e americanas.

A fundação de Airão data de 1694. Depois de estágios como importante entreposto econômico, ao longo das várias fases do extrativismo, a vila de Airão foi promovida à categoria de município, com todos os serviços essenciais funcionando. No entanto, no início da década de 1990, não contava mais com o telhado de nenhuma edificação e estava completamente tomada pela floresta, recebendo a visita constante dos animais silvestres. A impressão que se tem é do resgate da floresta de sua área original tomada pelo homem, invasor.

O último capítulo apresenta uma particularidade, porque Leonardi nos oferece mais discussão a respeito do uso das fontes. Apresenta o recurso audiovisual das filmagens, percorrendo, como se estivéssemos assistindo à pescaria de animais desconhecidos, até aquela oportunidade, nas águas profundas do Rio Jaú, e, em entrevista, estabelece caloroso diálogo com cientista do Inpa, que traz informações sobre seres aquáticos. Fica claro, que fazer história na Amazônia requer o entendimento de todos os componentes nela presentes, recorrendo a todos os recursos disponíveis, para que não se configure um trabalho lacunar, comprometendo nossa compreensão. Na sequência, apresenta quinze itens apontados pela pesquisa como contribuição para *socavar* a vida da população de Airão. “São fatores políticos, culturais, econômicos, tecnológicos e demográficos interagindo e atuando sobre o cotidiano e a psique de seus habitantes (p. 198)”.

Os anexos constituem um caso à parte. À medida que nossos olhos correm pelas fotos, percebemos meninos correndo por entre as casas, nadando no rio, mulheres e homens na lida diária da pesca, no corte da seringa, cozinhando, colhendo castanha, fazendo farinha, colhendo copaíba, caçando, defumando o leite para fazer a borracha, homens aprisionados nos porões das embarcações, balsas de borracha no verão se espreguiçando vagarosamente rio abaixo, encalhando nas suas praias ou enganchando para fazer uma curva, embarcações singrando as águas pretas do Jaú acima e abaixo, transportando vidas e sonhos de gente que vai e gente que vem...

Notas

* Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, professor do Departamento de História Universidade Federal do Acre.